
MULHERES DE LUTA: reflexões e conquistas das quebradeiras de coco babaçu¹

Geovania Machado Aires²

Introdução

Diante das jornadas de conflitos, desafios e gloriosas vitórias as quebradeiras de coco babaçu continuam na luta por mais conquistas. Das iniciativas de fundar o movimento foram e continuam a/na batalha pelos projetos e programas que fortaleça o movimento.

Com as novas medidas, projeta o MIQCB – Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu. E com a fala de alguns pesquisadores dessa área como ALMEIDA, ARAÚJO, MARTINS, NETO e outros, até mesmo as QUEBRADEIRAS relatam que antes de não existir essas comissões, todo o apoio das quebradeiras era através da ASSEMA (Associação de área de Assentamento do Estado do Maranhão).

Nas dadas pesquisas em relatórios dos encontros, o MIQBC, trabalha com documentação, além da educação e a saúde das mulheres, realiza também trabalhos pela cadeia produtiva dos babaçuais, questão fundiária; defesa do Meio Ambiente e ajuda a criar leis que não existe.

Desse modo vale salientar que as quebradeiras estão localizadas entre quatro Estados Brasileiro Piauí, Maranhão, Tocantins e Pará. São regiões que proclaimam pelo “Livre” e “Uso” do babaçu.

Podemos entender diante dos fatos, que as mulheres de luta estão presentes na sociedade, pois defendem seus territórios mesmo sem acesso a terra e uso do babaçu.

¹ Artigo apresentado ao IV Simpósio de História do Maranhão Oitocentista: Escravidão e Diáspora Africana no Século XIX.

² Discente do Programa de Pós Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia da Universidade Estadual do Maranhão. 2015.

Para elas a luta desses elementos fortalecem as participações em sindicatos, associações, e em discussões de plenárias. Assim inicia o reprocesso, a qual Foucault (1926 – 1984) retribui que o novo está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta.

Onde está o poder das quebradeiras?

Inicia assim as delimitações de uma nova provação. Mulheres de luta acendem espaços de discussões que abrangem não só o “Livre³” acesso ao babaçu, mas o conjunto de elementos que agregam a qualidade de vida.

Sobre isso, em meados dos anos 70 e 75 a imagem do coco, as invasões e compras de terras pelos fazendeiros de outros estados, e grandes empresas possibilitadas a despejar trabalhadores, quebradeiras de coco subjugando ocorrência de matança da liderança de comunidade e devastando diversas áreas de babaçu.

Desses fatores a partir da segunda década de 80 emergem as organizações denominadas “quebradeiras de coco babaçu”, desse ideal necessitavam brigar e defender suas condições de vida, por acesso ao babaçu. O almejante processo de devastação ocasiona grandes conflitos nos babaçuais deixando marcas de pobreza local. Vale repetir que o babaçu é a terceira palmeira mais importante do mundo que garante subsistência às diversas famílias.

Nas reflexões de alguns autores como Almeida, Araújo, Neto, e dentre outros que atuam nessa linha de pesquisa a organização desse movimento se constitui a partir de um trabalho conjunto envolvendo redes voluntárias de associações, grupos de mulheres, cooperativas, clubes, Igreja Católica e comissões que resistem na preservação de áreas babaçuais, pela garantia do livre acesso ao babaçu, por políticas voltadas para extrativismo e equidade de gênero.

Outro fator se refere aos conflitos que desencadearam entre os anos 1970 e 1980, devido à intensidade de práticas de cercamento empregada por

³ Há existência da Lei 10.678, de 23 de maio de 2003. Sobre isso Neto (2005) norteia que A primeira experiência de aprovação da Lei do “Babaçu Livre” no município do Lago do Junco, no Estado do Maranhão, serviu como motivação para as quebradeiras de outros municípios se mobilizarem em torno da elaboração e apresentação de projetos semelhantes, havendo também aprovação de projetos de lei municipais em outros sete municípios. . Trata-se de uma estratégia construída pelo MIQCB que objetiva fortalecer os grupos, na medida em que a aprovação dos projetos em vários municípios amplia as áreas de livre acesso e também, a organização das quebradeiras, que transcende a área de ocorrência dos babaçuais.

proprietários/grileiros. Áreas agricultáveis passaram a ser substituídas por capim (ANDRADE, 2005, p. 178). Nesses registros a partir da década de 70, com os incentivos creditícios e fiscais dados do governo ao que entendia como setor primário, ou seja, à pecuária, as terras supostamente disponíveis passaram para as mãos dos grileiros, que submeterem as famílias camponesas ao pagamento do **foro**⁴ e restringiram o acesso ao coco babaçu. Trata – se de um período usualmente designado como tempo do **coco preso**⁵, em que o cercamento das áreas desmatadas impedia a livre coleta do babaçu.

Nesse constante embate, a integrante da coordenação do MIQCB em grupos de debates relata as discussões colocadas pelas quebradeiras. Expõe os problemas ocasionados:

“Mortes de agricultores pela luta pela terra, babaçu preso, cerca elétrica, derrubada e veneno nas palmeiras ainda muito comum, a questão das cercas elétricas principalmente na baixada, fazendeiros dão a terra pra trabalhar e logo depois coloca o gado pra comer a produção dos agricultores, grupos fortes e fazendeiros ligado ao grupo político do Maranhão e a gente tem discutido, e essas áreas que é desse grupo forte a gente ainda ver com a dificuldade maior de ser regularizada e muitas mulheres ainda estão em comunidades que não estão ligadas a nenhum movimento e isso enfraquece a luta pela terra. E como sugestão né pra esse novo mandato do MIQCB das coordenadoras e assessorias intensificação a pressão nos órgãos de regularização fundiária, no caso o INCRA, INTERMA, O ICMBIO, é lutar também pela aprovação das leis babaçu livre nos municípios, ai a gente entende que mesmo não tendo a terra, mas tendo o coco livre pra coletar a gente entende que já é um avanço né, já uma forma de trabalho pra quebradeiras, mapear situação fundiária de todos os municípios né, de atuação do MIQCB porque a gente acha que a nossa situação é ruim, mas ouvindo o depoimento das outras mulheres , elas estão em situação pior do que determinada regionais e ai que o MIQCB possa tá fazendo esse mapeamento pra que a coordenação tenha uma visão do todo da situação do regional”. (VII Encontrão das Quebradeiras de Coco Babaçu, setembro de 2014)

Na existência de nomear conflitos, na década de 80 a região do Médio Mearim teve seu alvo de embates com centenas de famílias que travaram fortes conflitos numa resistência, devido à resignação de terras apropriada por proprietários. A propriedade da terra, de caráter concentrador, são uns dos marcos históricos mais firmes de exclusão e de impedimentos às mudanças e, portanto, à própria democratização do país. Os movimentos sociais rurais têm uma história recente, cerca de 40 anos de luta

⁴ Lê MARTINS, Cynthia Carvalho. Acesso aos Babaçuais e a relação entre as atividades econômicas no Médio Mearim, Baixada Maranhense, Tocantins e Piauí. 2000, p. 117. In: ALMEIDA, Alfred W. et al.(Orgs.). **Economia do babaçu**: Levantamento preliminar de dados. 2^a ed. São Luís: MIQCB; Balaios Typographia, 2001.

por direitos básicos de cidadãos com direito a terra e ao trabalho. As mulheres trabalhadoras rurais experimentam essa exclusão somada à discriminação de gênero e lutam, ainda [...] hoje, pelo direito ao reconhecimento da própria categoria de “trabalhadoras rurais” (FARIAS 2001, p. 156).

Para Maria Senhora, quebradeira de coco da região de Tocantins, permite socializar a discussão do encontrão realizado em São Luís/ 2014 sobre sua comoção sem o direito a terra, e,

“Quando a gente tem a terra tem outras coisas pra fazer, e quando a gente não tem é só o babaçu, é só o babaçu que a gente precisa trabalhar pra sobreviver. Então essa luta eu acredito do MIQCB que ela não ficar até porque não foi criada só pra isso pra ficar só no babaçu, mas também da luta pela terra pela luta dos grandes projetos pra preservar mesmo o território da gente se vem outro eu tou aqui, agora se a gente ficar sem fazer nada é, aí meus queridos os grandes projetos abafa e a gente não tem nada pra mostrar, e todo mundo sabe quem não tem nada, não vale nada”. (MARIA SENHORA VII Encontrão das quebradeiras de coco babaçu, 2014).

Ao proceder aos casos, nos anos 90, as mulheres quebradeiras de coco se encontraram diante de novos interlocutores, representantes pelas grandes empresas instaladas na microrregião de Imperatriz. (Araújo, 2000). Nesse percurso de implantações “inovadoras” se passaram duas décadas e outras zonas de babaçuais enfrentam obstáculos constantes. Obstáculos que dificultam coletar o coco, pois os limites do espaço são privados.

Dados de 1990: as quebradeiras de coco do Maranhão, Pará, Piauí e Tocantins, passam a discutir problemas que afetam seus trabalhos. Nos dados vigentes o I encontro realizado em setembro de 1991, iniciou uma articulação das quebradeiras de coco do Mearim, da baixada (MA), do norte do Piauí e região do Bico do Papagaio que englobam parte dos estados do Maranhão, Tocantins, e sudeste do Pará. (FASCÍCULO 3, Quebradeiras de coco babaçu do Tocantins, São Luís, 2005).

São resultados que paira nos discursos atualmente, na fala de Antonia Brito, “que importava o que tinha era força de vontade, uma necessidade era bem maior, mas pra acontecer isso teve um incentivo porque assim no Tocantins foi aquela toda tragédia que aconteceu ficou registrado e batizando como Bico do Papagaio então não foi a toa que aquelas mulheres se movimentaram, algumas ainda foram lá aquelas repressões que elas tiveram que elas começaram a se organizar e fazer uma base só que essa base é

muito suposta, ela não tinha, a gente faz, fala da gente de segurança , mas a gente não sentia tão seguro”⁶ . A mesma ressalva que,

“Em quanto lá já veio uma base, no Lago do Junco tinha acabado saindo dos conflitos terras derreamento de sangue, já tinha se criado delegacia tinha se criado uma associação de mulheres, ASSEMA como entidade aí já tava trabalhando e discutindo uma cooperativa, mas era uma cooperativa ampliada nem a gente mesmo a ASSEMA também era quem nos assessorava nós dentro da ASSEMA tinha pessoa e essas pessoas estão aqui nesse movimento, também se interessavam pela essa causa, tava pra elas pouco, prestava assessoria pela entidade que nós não tinha era Didi e a gente ficou aí naquela história nós representava , nós falávamos muito na questão de melhoria da qualidade de vida”. (ANTONIA BRITO, VII Encontrão das quebradeiras de coco babaçu, 2014).

Nas dadas informações, a regional de Imperatriz vem desenvolvendo ações com o objetivo de fortalecer a luta das quebradeiras de coco babaçu que é, em defesa dos babaçuais contra as grandes duas estações, pelo reconhecimento dos valores do babaçu para manter a atividade das Quebradeiras e das demais comunidades tradicionais.

Na guerra do carvão a munição é a organização. Na regional de Imperatriz as quebradeiras de coco estão organizadas em movimentos sociais, associações, cooperativas e grupos de mulheres que têm defendido a preservação dos babaçuais e lutando contra a ação do desmatamento. Em função dessa luta os municípios de Imperatriz e Cidelândia já aprovaram a lei do livre acesso aos babaçuais. Segundo as quebradeiras, a Lei do Babaçu livre dá suporte para uma sobrevivência de forma digna. No entanto, a luta não se resume a aprovar a lei, é preciso organização para que a mesma seja de fato cumprida. (FASCÍCULO 6 Quebradeiras de coco babaçu de Imperatriz, São Luís, 2005).

As quebradeiras de coco da Baixada lutam pela melhoria da qualidade de vida e clamam não só pelas palmeiras, mas também, pela posse da terra para garantir a produção familiar. O grande problema enfrentado é a privatização desses campos para a pecuária bovina e bubalina, apesar da Constituição Estadual determinar a sua retirada. (FASCÍCULO 4 Quebradeiras de coco babaçu da Baixada Maranhense, 2005).

A consequência dessas privatizações é a devastação em larga escala de babaçuais, juçaras, buritizais; a destruição dos campos naturais e o aumento da periferia das pequenas cidades em função da saída das famílias que já ocupavam as terras de forma tradicional.

⁶ VII Encontrão realizado em setembro de 2014 em São Luís/Maranhão.

A outra problemática a questão do envenenamento das Pindobas- em função da expansão da pecuária, os fazendeiros estão mandando eliminar as Pindobas por trabalhadores dos povoados próximos da fazenda.

Essas inúmeras barreiras dificultar o acesso das quebradeiras de coco as áreas de babaçuais, dentre elas as cercas elétricas, a obrigatoriedade em fornecer a metade das amêndoas quebradas ao pretenso proprietário (quebra de meia) e a colocação de placas indicando ser proibido pescar nos campos naturais e executar qualquer tipo de coleta. As quebradeiras da baixada já estão se organizando para aprovar a lei do livre acesso aos babaçuais a nível federal, estadual e municipal que será uma forma de minimizar as arbitrariedades cometidas pelos pecuaristas. (FASCÍCULO 4 Quebradeiras de coco babaçu da Baixada Maranhense. São Luís, 2005).

Atualmente foram realizados sete encontros, reunindo centenas de quebradeiras no intuito de fortalecer a luta pelo coco, pela consciência ambiental e seus direitos prioritários. O último encontro que ocorreu em setembro de 2014 abarcou problemas ambientais decorrentes de desmatamentos babaçuais, queimada do coco inteiro, abordagem de violência, vendas dos produtos, as condições de moradia, o direito a terra, e, sobretudo a presença da juventude nos encontros.

Como diz a quebradeira de coco Rosária: juventude não está inserida dentro de uma carreira política, não está inserida dentro do movimento, às vezes seu pai e sua mãe segue um caminho e às vezes a juventude segue outro. Na explanação de Francisca, defende sua atitude a respeito à juventude da área da tecnologia.

“Quando eu falo da juventude, eu não to falando de rapaz moço, não to falando de uma juventude de pessoas de 25 anos pra baixo, eu to falando de uma juventude de mulher nova que ta começando a criar seus filhos, assim que nem quando eu comecei aqui, eu também tava começado ainda com meus filhos nascido ai depois pra criar, e esse pessoal, assim e você percebe, numa discussão fechada daquela ali do grupo que tem pessoas que ainda tem iniciativa, que ainda tem garra pra enfrentar isso foi mostrado exemplo lá, uma pessoa só e esse lutou pelo seu direito até que chegou”. [...] (FRANCISCA, VII Encontro das quebradeiras de coco babaçu, 2014).

O MIQCB se manifestou em função de o movimento ter percebido a gravidade das situações de devastação em todas as regionais e das práticas que envolvem a venda do coco inteiro e por serem utilizados por siderúrgicas e fábricas. A situação é tão ofensiva que os cachos estão sendo cortados ainda verdes para que seja feito o carvão. Essa situação tem implicado em uma diminuição na oferta de amêndoas, aumento do trabalho escravo nas carvoarias, violência contra as quebradeiras de coco,

aumento do plantio de eucalipto e uma devastação generalizada. O caso persiste também no cercamento e no apropriamento injusto por grileiros e empresas. De acordo com Neto (2000) o processo de cercamento e apropriação privada é exclusiva dos recursos (seringais, babaçuais, castanhais) com os desmatamentos generalizados e têm levado a ações localizadas de enfretamento e conflitos.

A priori retomaria com Almeida (2010)" As bandeiras de lutas de preservação ambiental que se contrapõem aos desmatamentos e instrumentos legais no plano municipais para garantir áreas reservadas constituem alguns elementos deste processo de territorialização. [...] e assim sucessivamente: os castanheiros defendendo os castanhais, as quebradeiras os babaçuais [...]."

O que ainda verifica-se no sudeste do Pará é a ocorrência de babaçuais, em torno dos quais se dá a expressiva mobilização política das mulheres que integram o Movimento de Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu – MIQCB. Elas se organizam em grupos locais de mobilização política e identitária. Mas, as quebradeiras de coco babaçu ainda ressentem-se da invisibilidade de suas práticas sociais e produtivas na região e denunciam as ações que desmatam e devastam os babaçuais. Lutam contra o desconhecimento social e os interesses econômicos e políticos que negam a existência do babaçu e das práticas e interações sociais nos babaçuais do Pará.

As quebradeiras resistem à recusa ao reconhecimento de sua existência, enquanto grupo social e às ações de devastação das palmeiras. Nesses confrontos priorizam a ordem de lutar e conquistar espaços. Porque essa luta não é fácil. (*Fascículo 5 das Quebradeiras de Coco Babaçu e Agroextrativistas do Sudeste do Pará de 2014*).

"Essa luta não é fácil / Mas vai ter que acontecer/As mulheres organizadas / Têm que chegar ao poder. Vamos juntas companheiras / Vamos botar pra valer/Vamos quebrar as correntes / Do machismo e do poder. Sem mulher neste mundo / Seria triste demais Não nascia gente nova / O mundo não tinha paz. A mulher nasceu pra ser / Pelo homem bem amada. Ser amiga e companheira / Pra não ser discriminada". (VEIMQCB⁷, 2004)

As ações de resistências estão também apoiadas nos seus atos culturais, dando força ao projeto de luta. O Xote das quebradeiras de coco representam suas histórias de vidas. Segue a seguinte melodia:

"Hei! Não derrube esta palmeira/Hei! Não devore os palmeirais/ Tu já sabes que não podes derrubar/ Precisamos preservar as riquezas naturais/ O

⁷ V Encontrão Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu de 2004.

coco é para nós grande riqueza/ É obra da natureza/ Ninguém vai dizer que não/ Porque da palha só faz casa pra morar/ Já é meio de ajudar a maior população/ Se faz o óleo para temperar comida/ É um dos meios de vida/ Pra os fracos de condição/ Reconhecemos o valor que o coco tem/ A casca serve também para fazer o carvão/ Com o óleo do coco as mulheres caprichosas/ fazem comidas gostosas de uma boa estimação/ Merece tanto seu valor classificado / que com o óleo apurado se faz o melhor sabão/ Palha de coco serve pra fazer chapéu/ da madeira faz papel/ inda aduba nosso chão/ Tela de coco também é aproveitado/ Faz quibano o cercado pra poder plantar feijão/ A massa serve para engordar os porcos/ Tá pouco o valor do coco/ precisa darem atenção/ Para os pobres este coco é meio de vida/ Pisa o coco Margarida e bota o leite no capão”.

(XOTE DAS QUEBRADEIRAS DE COCO: Arquivos da ASSEMA; Músicas Cantadas no II Encontro Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu do Maranhão, Piauí, Tocantins e Pará, 1993).

As quebradeiras estão lutando também contra o desmatamento e pelo direito de serem reconhecidas por sua produção. O intuito é de mostrar o que fazem de bom. Através do coco babaçu elas aprenderam a fabricar objetos e outros produtos que servem como meio de sobrevivência, tais como: alimentos, remédios, cosméticos etc. Tais práticas também se destacam por ajudar a população como se tornar um profissional sem sair de sua terra.

No entanto, há alguns agravantes que fazem com que as quebradeiras fiquem desprovidas de terras, onde é importante ressaltar que quebradeiras de com coco “sem terra” são aquelas com acesso direto a terra, residindo nas chamadas “pontas de ruas” das cidades ou nas “beiras de estradas”, entre a faixa das rodovias e das cercas das fazendas. Os projetos devem ser desenvolvidos a fim de oferecer sustentabilidade às quebradeiras de coco. (Neto, 2000).

Há também um estudo com plantas aromáticas e medicinais que visa criar essências de espécies nativas para a produção de óleo do babaçu a ser comercializado no próprio estado. Mesmo com interesse de comercializar, o estado, as unidades da federação e os municípios parecem que ainda não descobriram a importância de reconhecer essas experiências e o poder de sanções comerciais estatais e municipais que estão ao seu alcance para defender os resultados de uma produção ‘regionalizada’ e específica. (ALMEIDA, 2000).

Nesse exótico investimento Maria Senhora em seu discurso preside o seguinte relato: “*foi aonde a gente descobriu que para comercializar tem que haver cooperativa, ou seja, um órgão exclusivo para comercialização e o Movimento das Quebradeiras continuam discutindo a produção para a comercialização. Então eu suponho que fiquei afastada um tempo, participei uma ou duas vezes da reunião da cooperativa, mas renovar também a cooperativa municipal e a organização por*

produção também fez a cooperativa que organiza produção, tem que contar todos os grupos políticos aonde se discute a organização da produção. Dentro disso várias coisas aconteceu, por exemplo: hoje tem muito lugar que vende por PNAI o mesocarpo, o óleo babaçu, a cocada que já vende pra prefeitura e também pra compras diretas no Tocantins, já estão vendendo já. Então assim a luta nossa também para que, assim quando a gente não tem a terra a gente precisa muito mais do babaçu do quer a gente tem a terra”.

Este meio de produção contribui para expandir os circuitos de trocas inerentes ao mercado regional e integra povoados e comunidades vistas socialmente como mais isoladas. Eles potencialmente passam a ter vinculações estreitas com aqueles circuitos específicos de mercado, ultrapassando, inclusive, o poder de troca dos comerciantes locais de óleo babaçu, tradicionais mediadores com a sociedade envolvente. (ALMEIDA, 2000.p. 41).

O que no aspecto financeiro o MQCB permite é o apoio das entidades a mapear estratégias para desenvolvimentos produtivos e obter melhor qualidade de vida. As quebradeiras de coco ganharam visibilidade na esfera da produção e comercialização através de seu trabalho extrativo. Dentre os projetos feitos estão a Cartografia da Amazônia assentamento extrativistas, a criação de Resex extrativistas, criação de Fabrica de óleo e de sabonetes. Com a criação dos projetos, podem ser defendidos os rios, as lagoas, as palmeiras, terras florestais, moradia, a valorização da agricultura familiar extrativistas e a preservação da biodiversidade tendo sobretudo desenvolvimento sustentável. São projetos que possibilitaram parte dos recursos ao investimento das cooperativas.

São conquistas que fortalecem suas identidades sustentando o poder de lutar por seus direitos. Direito para a garantia de acesso e uso comum das palmeiras de babaçu pelas **quebradeiras de coco**⁸ e suas famílias nas áreas de domínio publico e privado, deslocando a relação conflituosa com os fazendeiros para o Estado, o qual se responsabilizará pela concessão das áreas de incidência de babaçu. Ou seja, o contrato sai da relação **quebradeira de coco** e fazendeiro, passando para uma construção quebradeira de coco e Estado; sendo que o fazendeiro se relacionará diretamente com o Estado. Nessas propostas surgem as indagações: o que tens feito o Estado em mérito às quebradeiras? Será que o efeito dessa relação contribui na necessidade dessas mulheres? Ou simplesmente permanece intato esse direito, dando o poder com do Estado? [...] Em

⁸ Mantive o original do texto.

Foucault (1979) seu modo básico de intervenção sobre os cidadãos se daria em forma de violência, coerção, opressão, ele opõe, ou acrescenta, uma concepção positiva que pretende dissociar os termos dominação e repressão.

Essa é uma posição que Castells (2013) apontaria que o Estado constitui a rede padrão para o funcionamento adequado de todas as outras redes de poder. O que ocasionaria na literatura de Bourdieu (1982 – 1992) para as quais o Estado é, segundo essa ciência primeira, uma instituição destinada a servir o bem comum, e o governo, o bem do povo.

Talvez isso tudo não convenhas à realidade das quebradeiras, já que “o livre acesso não é livre” está a apavorar as mulheres de luta. Hoje pode se dizer que as quebradeiras de coco babaçu têm conquistados alguns espaços, o que se soma na pronuncia de uma das coordenadoras do MIQCB. Na qual categoriza suas ideias explanando.

“Uns dos maiores tesouro que temos é o estudo. A educação das quebradeiras não chegava nem quarta série. Mas que eu consegui chegar ao 2º grau, mas continuo estudando, acredito que valorizar os estudos é valorizar a vida. Nunca deixe de estudar e descobrir coisas novas, pois cada dia que aprendemos coisas novas, é como seu fosse uma folha nova de uma árvore que sempre se inova. Se não lutar para defender nossas causas, jamais teremos espaço e chance de tornar nosso sonhos em realidade, e jamais chegaremos no topo da igualdade”. (Entrevistada, NICE MACHADO, Dezembro 2010).

Nas apropriadas palavras de Barros (2011) as mulheres das quais falam estão organizadas em um movimento e são capazes de mudar e transformar a sociedade em que vivem. Mulheres que levantam cedo, pois antes de sair para o trabalho, deixam o lar organizado, almoço pronto para os filhos comerem e levam consigo para as áreas de trabalho a comida necessária para a reprodução das energias durante um dia de trabalho na quebra do coco. Suas lutas formam valores identitários que regem novos caminhos para a aprovação de projetos, interesses sociais, produções de ações coletivas e políticas públicas que abraçam suas causas. Se apropriando disso, sua identidade coletiva vai se autodenominando, reivindicando as condições preexistentes de acesso e uso dos recursos e, sobretudo, de políticas públicas consistentes inerentes às suas próprias formas de vida.

Considerações finais

A notícia sobre o Movimento das Quebradeiras de Coco interessa à sociedade refletir seus valores. É um movimento cujo sofrimento vem tendo resistência e conquistas mediante as transformações de conhecimentos fornecidos nas suas trajetórias de luta.

Dessa forma, o movimento reivindica seus espaços e melhoria de vida. As reivindicações pronunciadas são as retiradas dos búfalos, fiscalização e punição das derrubadas ilegais das palmeiras e assim continuar a luta, fazendo dos saberes o progresso do espaço conquistado internacionalmente. A princípio é um movimento que busca ser valorizado pela nação brasileira, pois assim “a luta não pode parar”⁹.

Não querem cá a descontinuidade de um discurso acabado, sem razão para viver e tão pouco perder o espaço de luta. Pois são pertencentes do babaçu, estendendo a ordem do que falar e do que fazer. Não admite em sua lógica um Estado que permite subordinação em seu campo de poder babaçuais, que assim privilegia as conquistas, mantendo as relações com entidades, projetos e programas que apoiam suas lutas para que cresçam no mercado com produções nacionais e internacionais.

São mulheres de luta que desafiam a sociedade em prol de regulamentação e proteção de seus direitos. Uma história traduzida na epistemologia do coco babaçu, na prática de quebrar, produzir e expandir. Essa é uma história que talvez só elas saibam fazer. Já que este seja apenas uma garantia, ainda que segundo Neto (2013) para se produzirem e reproduzirem, e este mínimo podem ser representado pelo direito às palmeiras de babaçu.

Referências

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. (ORG). **Economia do babaçu: levantamento preliminar de dados/** Alfredo Wagner Berno, Joaquim Shiraishi Neto, Benfamin Alvino de Mesquita (ORGs), Helciane de Fátima Abreu Araujo, Cynthia Carvalho Martins, Miguel Henrique- São Luis, MIQCB/ Balaios Typhografia, 2000.

ARAÚJO, Helciane de Fátima et al. **As diferentes estratégias de organização para a produção assumidas por mulheres, quebradeiras de coco, na denominada microrregião de Imperatriz.** In: ALMEIDA, Alfred W. et al.(Orgs.). Economia do

⁹ Frase muito popular nos movimentos sociais. Uma expressão a vencer os desafios.

babaçu: Levantamento preliminar de dados. 2^a ed. São Luís: MIQCB; Balaios Typographia, 2000.

BARROS, Valderiza. **Múltiplas identidades das Quebradeiras de Coco Babaçu**. In: **Insurreição de saberes: práticas de pesquisa em comunidades tradicionais**. Interpretação do Maranhão, organizadores, Cynthia Carvalho Martins... [et al]; autores, Davi Pereira Júnior... [et al]. – Manaus: Universidade do estado do Amazonas – UEA, 2011.

BOURDIEU, Pierre. 1930-2002. **Sobre o Estado**: Cursos no Collège de France (1989-92) / Pierre Bourdieu; [edição estabelecida por Patrick Champagne... [et al.]]; tradução Rosa Freire d'Aguiar — 1^a ed. — São Paulo : Companhia das Letras, 2014.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**/ Manuel Castells; tradução Carlos Alberto Medeiros. – Ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

_____ Conhecimento Tradicional e biodiversidade: normas vigentes e propostas. Alfredo Wagner Berno de Almeida... [et al]. (Orgs.)- 2 ed. – Manaus: PPGAS – UFAM/ NSCA – CESTU – UEA/ UEA Edições, 2000.

FOUCAULT, Michel, 1926 – 1984. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970** / Michel Foucault; tradução Laura Franga de Almeida Sampaio. – 23 ed. – São Paulo: Edições Loyola, 2013. – (Leituras filosóficas).

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Pode**/ Michel Foucault; organização e tradução de Roberto Machado. – Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FARIAS, Maria Dolores M. **Nem calados, nem silenciados: as falas das mulheres trabalhadoras rurais e a desconstrução de sujeitos políticos tradicionais**. In: FERREIRA, Maria Luzia Miranda A. et al (Orgs.). Os saberes e os poderes das mulheres: A construção do gênero. São Luís: EDUFMA; Salvador, REDOR, 2001.

_____ Preços e Possibilidades: A organização das quebradeiras de coco babaçu face à segmentação dos mercados. In: ALMEIDA, A. W B. et al. (Orgs.). Economia do babaçu: Levantamento preliminar de dados. 2^a ed. São Luís: MIQCB; Balaios Typographia, 2000.

_____ Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia Série: Movimentos sociais, identidade coletiva e conflitos. FASCÍCULO 4 Quebradeiras de coco babaçu da Baixada Maranhense São Luís, 2005.

_____ Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia Série: Movimentos sociais, identidade coletiva e conflitos FASCÍCULO 3 Quebradeiras de coco babaçu do Tocantins São Luís, 2005.

_____ Mapeamento social como instrumento de gestão territorial contra o desmatamento e a devastação: processo de capacitação de povos e comunidades tradicionais: Quebradeiras de Coco Babaçu e Agroextrativistas do Sudeste do Pará, PA,

5/coordenação do projeto, Alfredo Wagner Berno de Almeida; equipe de pesquisa, Rita de Cássia Pereira da Costa ... [et al.]. Manaus: UEA, 2014.

MARTINS, Cynthia Carvalho. **Acesso aos Babaçuais e a relação entre as atividades econômicas no Médio Mearim, Baixada Maranhense, Tocantins e Piauí.** In: ALMEIDA, Alfred W. et al.(Orgs.). Economia do babaçu: Levantamento preliminar de dados. 2^a ed. São Luís: MIQCB; Balaios Typographia, 2000.

NETO, Joaquim Shiraishi: **O Direito das Minorias: Passagem do invisível real ao visível formal?** – Curitiba, 2004.

NETO, Joaquim Shiraishi. **Babaçu Livre: conflito entre legislação extrativa e práticas camponesas.** In: ALMEIDA, Alfred W. et al.(Orgs.). Economia do babaçu: Levantamento preliminar de dados. 2^a ed. São Luís: MIQCB; Balaios Typographia, 2000.